

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
NÚCLEO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE – NESPROM
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINAR - CEAM

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Alex Leonardo Ribeiro

**Regime Socio-educativo: a atuação do psicólogo na
relação do processo de humanização de adolescentes em
regime de semiliberdade do Distrito Federal.**

PROFESSORA MSC. CAROLINA CONCEIÇÃO PRADO

**BRASÍLIA,
2010**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
NÚCLEO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE – NESPROM
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINAR - CEAM

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Alex Leonardo Ribeiro

**Regime Socio-educativo: a atuação do psicólogo na
relação do processo de humanização de adolescentes em
regime de semiliberdade do Distrito Federal.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
– Apresentado para a Banca
Examinadora do Curso de Educação e
Promoção da Saúde da Universidade de
Brasília, como exigência parcial da
obtenção do grau de especialista em
Educação e Promoção da Saúde.

Professora: Msc. Carolina C. Prado

BRASÍLIA,
2010

Dedico,

À minha mãe Sandra Célia e meu pai João Ribeiro, pessoas extremamente
guerreiras,

Aos meus irmãos Hugo e Anna que sempre torcem por mim,
Ao amigo companheiro Jorge München, que desde o início desse processo deu todo
seu apoio e compreensão.

Aos adolescentes deste país que tem carregado injustamente a marca histórica da
transgressão.

AGRADECIMENTOS:

Um sonho só se concretiza mediante os sonhos coletivos, sendo assim, durante esse processo tiveram algumas pessoas que sonharam comigo.

A Deus que nos dota de toda inteligência para efetivar um trabalho de pesquisa.

Aos amigos Gustavo Rocha e Rafael Castro obrigado por toda colaboração e amizade.

Às amigas Djanira Luz e Divina Jesus, obrigado por tudo que me ensinaram.

Às amigas Miraci Marques e Antonia Cleres que sempre acreditaram em meu potencial.

À tia Mariazinha que sempre com seu apoio e palavras de força me impulsiona a mais uma conquista.

À minha avó Maria Maciel, que com suas palavras de doçura e simplicidade me emociona.

Ao tio Rafael Aníbal (in memória), um homem de grande sabedoria que foi exemplo em minha vida.

Ao psicólogo da unidade de semiliberdade do Gama Central Gary Mozart que atuou como agente de amostra da pesquisa obrigado por toda paciência e dedicação.

A todos os funcionários da unidade de semiliberdade do Gama Central, obrigado por toda gentileza.

Ao professor Dr^o. Elioenai Dornellas, que com sua sabedoria emana o desejo do conhecimento.

Ao Professor Mestre Rodolfo Prado, obrigado por todo incentivo.

À professora Mestre Carolina Prado, orientadora desse TCC, obrigado pela força nessa empreitada sua determinação é incentivo para novas conquistas.

Aos colegas de turma que compartilharam desse mesmo sonho.

Deixo a vocês meu muito obrigado por colaborarem comigo nesse processo educativo de emancipação e libertação.

“Não há vida sem correção, sem retificação”.

Paulo Freire.

RESUMO

Refletir sobre a atuação de psicólogos em unidades de Semiliberdade do Regime Socio-educativo tem sido uma questão muito relevante para entender o universo desse adolescente. Essa pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento sobre o trabalho dos profissionais da área de psicologia com adolescentes infratores na unidade de semiliberdade da cidade do Gama Central – DF. Como um dos eixos norteadores a reflexão teórica foi elaborada em quatro nortes: um breve caminhar sobre as unidades de Semiliberdade; o adolescente e suas características; exclusão social um desafio na construção das relações e a importância da intervenção técnica para a humanização no atendimento Socio-educativo. Os dados foram coletados por meio de observações realizadas na unidade de Semiliberdade, aplicação de questionário aberto e entrevista semi-estruturada com o psicólogo responsável. Conclui-se, que o papel do psicólogo junto ao adolescente infrator e dependente químico é o de resgatar a sua subjetividade, auto-estima, habilidades, competências acreditando nas suas possibilidades, por meio do afeto, respeito, diálogo e das interações sociais que o mesmo pode propiciar. Portanto é possível pensar na unidade de Semiliberdade como um espaço de educação, emancipação e politização para os adolescentes internos, tornando-o um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo e social do adolescente, permitindo que o mesmo sinta-se produtivo no seu estado de reeducando, favorecendo assim a construção do conhecimento e a promoção da saúde.

Palavras-chave: adolescente; psicólogo; semiliberdade; socio-educativo.

ABSTRACT

Reflect on the role of psychologists in units of the scheme Semi liberty Childcare has been a very important issue to understand the universe of this teenager. This Study aimed to do a survey on the work of professionals in psychology with juvenile offenders into the parole City Central Gama – DF. As one of the guiding principles theoretical reflection was developed in four U.S.: a brief walk on the units Semi liberty; adolescents and their characteristics, social exclusion a challenge in building relationships and the importance of technical assistance to the humanization of the social-educational. Data were collected through observations made in the unit Semi liberty, questionnaire open and semi-structured interview with the psychologist in charge. It follows that the role of the psychologist with the adolescent offender and drug addict is to rescue his subjectivity, self-esteem, skills, competencies, believing in its ability, through the affection, respect, dialogue and social interactions that it can provide. So you can think of the unit Semi liberty as an area of education, empowerment and politicization for young inmates, making it an environment conducive to cognitive and social development of adolescents, thus enabling it to feel productive in their state of re-educating, thereby facilitating the construction of knowledge and health promotion.

Keywords: adolescent; psychologist, semi liberty, social and educational.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. OBJETIVOS.....	04
2.1. Objetivo geral	04
2.2. Objetivos específicos.....	04
3. UM OLHAR ACERCA DO ADOLESCENTE INFRATOR.....	05
3.1. Um breve caminhar sobre as unidades de semiliberdade.....	05
3.2. O adolescente e suas características.....	08
3.3. A exclusão social – um desafio nas construções as relações	11
3.4. A importância da intervenção técnica para a humanização no atendimento socioeducativo	13
4. METODOLOGIA	21
4.1. Tipo de pesquisa	21
4.2. Amostra	21
4.3. Local	22
4.4. Instrumento(s)	24
4.5. Procedimentos de coleta de dados	25
4.6. Análise dos dados	26
5. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
7. REFERÊNCIAS	40
8. ANEXOS.....	42

1 – Introdução

Atualmente, a população brasileira vive em uma sociedade estigmatizada, onde os novos paradigmas envolvem as instituições familiares, escolares, religiosas e políticas. Destarte, muitos são chamados a analisar os fenômenos que acontecem com a transição de criança para adolescente, sendo eles: a rebeldia, desânimo para a vida acadêmica, início da vida sexual prematura, gravidez, uso de drogas lícitas e não lícitas e envolvimento em crimes.

É sem dúvida que a ação socializadora da família exerce um papel de destaque na formação da personalidade dos adolescentes e que tal ação ainda é mais decisiva na primeira infância, sendo assim, uma das maiores conseqüências de não se edificar bem uma família é a quebra e a desintegração gradativa de tantos lares, vê isso no grande índice de adolescentes contidos em regime sócio-educativo, que fogem de casa, usuários de drogas, com comportamento agressivo, que são filhos de pais separados, ressalta-se também, o grande número de atividades assumidas pelos pais, que para trazer recursos para uma boa alimentação, educação, saúde, lazer, passam a assumir uma carga de trabalho elevada, deixando, muitas vezes, a afetividade em segundo plano.

“No decorrer da história, a família torna-se um grupo de consumo e não apenas de produção, o que justifica, por exemplo, a diminuição do número de filhos, a falta de espaço comunitário e a centralização efetiva da família”. (CHAVES, 1993, p 10).

A concepção da delinquência juvenil enquanto fenômeno social complexo, multideterminado e multifacetado, cujo enfrentamento não pode restringir-se a intervenções isoladas junto ao adolescente, devem abranger um leque de ações que se estendem também à família, à comunidade e à sociedade como um todo, sendo este o princípio fundamental e orientador de todo o projeto.

A atuação junto a adolescentes infratores e suas respectivas famílias exige do profissional o estabelecimento de um conjunto de técnicas e procedimentos

que devem ser pautadas nesta ampla compreensão da delinquência, na análise da realidade do público alvo, das suas necessidades, interesses e especificidades.

Após estudos detalhados da situação de cada família e da história de vida e delinquência do jovem, projetos de intervenção que busquem mudanças qualitativas a curto, médio e longo prazo devem ser construídos pela equipe, em conjunto com estas famílias e jovens.

A execução e implementação da socioeducação no regime de semiliberdade por meio das intervenções sócio-econômicas, sócio-educativas e sócio-terapêuticas, visam à promoção de mudanças que possibilitem a reinserção sócio-familiar dos adolescentes. Pois, segundo a Constituição Federal (1988):

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à cultura, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. Artº. 227)

As intervenções sócio-educativas ocorrem por meio de atividades lúdicas, recreativas, esportivas, ocupacionais, de preparação para o trabalho, visando sempre o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes. No que tange as intervenções sócio-terapêuticas, percebe-se que existem situações cotidianas que se constituem em ricas oportunidades para a atuação da equipe junto aos adolescentes e suas famílias a qual se dará de acordo com a qualidade do vínculo estabelecido entre os profissionais e público alvo.

O trabalho em grupo realizado junto aos adolescentes e seus familiares, é de extraordinária importância, uma vez que este contribui para o enfrentamento coletivo das condições de vulnerabilidade a que estão expostos, pois propicia uma compreensão menos individualista da realidade, promove interações, trocas de experiências e a descoberta de formas criativas e eficazes para a superação das condições de fragilidade em que se encontram. Além disso, o trabalho grupal cria e fortalece vínculos comunitários que podem desencadear efeitos transformadores na vida dos adolescentes suas famílias e comunidade.

Com um olhar educacional voltado para as questões que envolvem adolescentes em sua subjetividade, em questões: sociais, afetivas, cognitivas e emocionais, sendo, diversos desafios na construção de uma identidade para os grupos de adolescentes em seus contextos, principalmente, dentro do universo da semiliberdade e das medidas sócio-educativas, este trabalho tem a intenção de aprofundar o conhecimento sobre o trabalho dos profissionais da área de psicologia que compõe equipe multidisciplinar de uma unidade de semiliberdade, fundada em 2000 na zona central da cidade do Gama – DF, gerenciada pelo GDF, perceber como se dá relação desses profissionais com os adolescentes, identificar ações que visam fortalecer esse adolescente para o regresso de sua medida.

2 – OBJETIVOS

2.1- Objetivo Geral

- Fazer um levantamento sobre o trabalho dos profissionais da área de psicologia com adolescentes infratores na unidade de semiliberdade da cidade do Gama Central – DF.

2.2 – Objetivos Específicos

- Analisar como se dá à relação profissional psicólogo com o adolescente infrator;
- Refletir sobre a atuação dos profissionais e os novos caminhos para a integração social do adolescente, junta a sua família e sociedade;
- Identificar possíveis ações sobre as práticas para o resgate e a inserção dessas crianças/adolescentes na sociedade como cidadão e sujeito de direito.

3 – Um olhar a cerca do adolescente Infrator

3.1 - Um Breve Caminhar Sobre As Unidades De Semiliberdade

A Semiliberdade é uma medida sócio-educativa determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, aplicada aos adolescentes em decorrência do cometimento de ato infracional: conduta descrita como crime ou contravenção penal. O artigo 2º do ECA define a adolescência através da faixa etária compreendida entre doze e dezoito anos de idade.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, as medidas aplicadas aos adolescentes que cometem infração penal passaram a ter como objetivo, além da responsabilização imputada através de uma sanção, os aspectos educativos e socializadores. Além disso, a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público passam a ser tidos como co-responsáveis pela garantia dos direitos estabelecidos nessa lei (BRASIL, 1990).

O espaço de uma unidade de semiliberdade é um local onde o adolescente ira refletir sobre suas ações, sendo que, o mesmo buscou em sua vida essa privação de liberdade, essa unidade tem o papel de uma ressocialização desse individuo na sociedade, mostrando para ele novos paradigmas, fazendo com que esse adolescente faça uma reflexão profunda, sobre o ato infracional que ele cometeu, sobre seu olhar ao vicio das drogas e os aspectos de valores das sociedade e família.

Segundo o SINASE – Sistema Nacional de Sistema Sócio-educativo (BRASIL, 2006) a ressocialização é um dever de todos, sendo que, o estado, a família, a escola e a sociedade civil também fazem parte de processo de socialização e integração do sujeito. Também é importante ressaltar que toda unidade de semiliberdade tem algumas normas para o seu adequado funcionamento, sendo assim, a unidade deve ser adequada ao atendimento e a ambientação, pois, essas unidades devem ser muito próximas a um lar, uma família, ou seja, local de integração total do adolescente com sua subjetividade e com o mundo.

Para o SINASE (BRASIL, 2006), existem algumas normas e regras para que uma unidade seja aberta e aprovada para a inserção do adolescente.

1. Considerar um número de até 20 adolescentes por unidade de atendimento, sendo sua localização em bairros comunitários e em moradias residenciais;
2. Promover espaço para atendimento técnico individualizado e em grupo, para coordenação técnica e administrativa, cozinha e área de serviço, quartos e banheiros em número suficientes conforme projeto pedagógico específico, sem, contudo descaracterizá-la do modelo residencial;
3. Considerar que os quartos sejam ocupados por no máximo quatro adolescentes, tendo no mínimo 5m², com dimensão de 2m para quarto individual e acrescentar 1,5m² por adolescente adicional, atendendo critérios de conforto, segurança e viabilidade econômica. Além disso, é necessário um banheiro para cada dois quartos para uso dos adolescentes; e,
4. Prover, para os casos de atendimento de ambos os sexos, quartos e banheiros por ambos os sexos (BRASIL, 2006. p 67)

Sendo assim, é notório que existe uma regularização para o bom andamento dessas unidades e para a socialização desses adolescentes, que necessitam de uma atenção especial.

A avaliação pode ser realizada em espaços definidos de com coletas de dados, informantes específicos com visitas a estabelecer parâmetros para alterações na política e no sistema de atendimento mais amplo. Sendo assim, visa:

- 1 - Acompanhar as diferentes modalidades de atendimento ao adolescente e a partir de critérios e indicadores de qualidade dos serviços prestados, tendo por base a garantia dos direitos;
- 2 - Desenhar e consensuar padrões de qualidade do atendimento acompanhando continuamente e com regularidade a eficácia dos projetos desenvolvidos pelos programas de atendimento socioeducativo. (BRASIL – 2006, p. 81)

Existem critérios rigorosos para a avaliação do controle de qualidade do atendimento dessa medida, segundo o SINASE (BRASIL, 2006), essas medidas são avaliadas por quatro categorias (Quadro 01).

Quadro 01: Critérios para avaliação do controle de qualidade do atendimento em unidades socioeducativas.

Categoria 1 – Direitos Humanos	Categoria 2 – Ambiente Físico e Infra-estrutura
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentação Civil ▪ Documentação Escolar ▪ Escolarização ▪ Profissionalização/Trabalho ▪ Esporte ▪ Cultura ▪ Lazer ▪ Atenção Integral à Saúde ▪ Respeito e Dignidade ▪ Participação em Atividades Comunitárias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade Física ▪ Salubridade ▪ Banheiros ▪ Espaço Para Atividades em Grupo ▪ Espaço Para Atendimento Individual ▪ Equipamentos ▪ Segurança
Categoria 3 – Atendimento Socioeducativo	Categoria 4 – Gestão e Recursos Humanos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento Familiar ▪ Atendimento Jurídico ▪ Encaminhamento Para a Rede de Atendimento ▪ Atendimento Técnico ▪ Plano Individual de Atendimento (PIA) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade de Gestão ▪ Planejamento e Projeto Pedagógico ▪ Formação e Capacitação de Recursos Humanos ▪ Supervisão e Apoio de Assessorias Externas ▪ Coleta e Registro de Dados e Informações ▪ Avaliação ▪ Parcerias

Fonte: BRASIL, 2006, p. 81

Pode-se perceber uma grande seriedade e compromisso dos órgãos reguladores, sendo que, as diretrizes são bem focadas e preparadas para o bom funcionamento do sistema sócio-educativo em semiliberdade, as precauções variam desde o andamento da unidade, cuidado com a dignidade de pessoa humana, integração total do adolescente, segurança, valores e inserção deste na sociedade

como um cidadão de direito e deveres, visando que este seja um agente transformador da sociedade.

3.2 - O adolescente e suas características

Para falar um pouco sobre o tema proposto nessa monografia é preciso conhecer um pouco sobre o que é adolescência e seus aspectos nessa principal fase do desenvolvimento humano, sendo que é importante em qualquer estudo, conhecer qual objeto que estamos lidando, quais suas dificuldades, o que é esperado e o que não é esperado.

Nessa fase as características mais visíveis são o desenvolvimento físico, com transformações internas e externas visíveis e palpáveis, mudanças no campo intelectual e afetivo, o amadurecimento sexual, e algumas transformações no grupo social. A tendência de aumentar o grupo de amigos e a imitação do outro como forma de segregação grupal é bem latente nessa fase, sendo bem notório a necessidade de apoio do outro para algumas práticas das atividades dos adolescentes.

A adolescência caracteriza-se por uma fase de transição entre a infância e a juventude. É uma etapa extremamente importante do desenvolvimento, com características muito próprias, que levará a criança a tornar-se um ser adulto acrescida de capacidade de produção. As mudanças corporais que ocorrem nessa fase são universais, com algumas variações, enquanto as psicológicas e de relações variam de cultura para cultura, de grupo para grupo e de até entre indivíduos de um mesmo grupo. (ZAGURY, 1997, p. 24).

É importante ressaltar o quanto essa fase da adolescência é difícil, complicada e até dolorosa para os pais, pois, alguns pais são instrumentalizados para lidar com essa situação/condição que se encontra o indivíduo e outros não têm suporte para lidar com essa situação/condição. Pois, só o fato de saber que o adolescente é inseguro, contraditório, às vezes agressivo, às vezes carente, não torna mais fácil o dia-a-dia de quem com ele convive. Pois segundo Zagury (1991), os pais, mesmo cheios dos melhores propósitos, são muitas vezes afastados pelos filhos. Sendo que, nessa fase todas as dúvidas pairam na cabeça do indivíduo, e

questões de sua identidade que vem a tona, ou seja, questões transversais que são de grande dificuldade para o diálogo com os pais, essas questões são tão latentes no cotidiano de diversas famílias que se faz cada dia mais necessário que pais, educadores, professores estejam preparados para lidar com a diversidade que é um adolescente em sua individualidade, sendo assim, é importante que instituições como, escola, igreja, âmbito da saúde, mercado de trabalho estejam preparados também para acolher esses indivíduos.

Com o desenvolvimento mundial, a globalização e o avanço da tecnologia, deixam os adolescentes mais eufóricos, percebe-se que cada dia que passa os adolescentes mudam suas ideologias, seus pensamentos, sua postura perante a vida, sendo assim, também o enfrentamento à vida esta sendo mais cedo.

Conforme Zagury, (1997), percebe-se que os adolescentes buscam uma “autonomia” cada dia mais cedo, saído de casa precocemente, sem mínimas condições de trabalho e profissionalização; no entanto é notório que essas atitudes preocupam alguns pais, pois, sabem que seus filhos, não estão preparados para encarar uma vida sozinhos e com pouca responsabilidades sem preparo profissional. Também existe uma discussão sobre os adolescentes que se preparam para o mercado precocemente, porém, não vejo isso como um problema social e sim como uma saída para muitos desmando.

Zagury (1997), explica também sobre a fase da adolescência onde os mesmos se sentem donos de si próprios, onde a preocupação com a escola fica em segundo plano e as novidades da vida vêm cheias de encantos e prazeres onde buscam isso em uma forma de lazer, diversão e entretenimento.

Conforme, Backer (1994), os adolescentes de classes mais abastecidas, buscam um tipo de lazer mais cultural, como cinema, teatro, restaurantes, bares, boites e etc, tanto nas cidades como no interior, esses jovens com mais escolhas de lazer que jovens de classes menos abastecidas, que buscam outras formas de lazer, ver TV, ouvir música, bater papo com os amigos, prática de esportes em campos comunitários entre outros, sendo que o jovem de classe mais abastecida também faz esses programas, porém, tem a oportunidade de embutir nele, cultura, arte e educação.

Pode-se perceber como os adolescentes têm a capacidade de adquirir lazer, nas coisas que fazem parte do seu dia-a-dia, contudo isso é preciso uma supervisão dos pais, responsáveis e educadores, sendo que, a preocupação com os

valores adquiridos por esse indivíduo deve ser para ele ter uma base para a vida, são chamados a tomar um cuidado com a mídia, TV, internet e principalmente as amizades que cercar os adolescentes, pois, como se viu anteriormente os grupos se fortalecem em seu seguimento. Lembrando que supervisionar não é sufocar, prender, expor e sim ter um cuidado mais de perto e conhecer o cotidiano do mesmo.

Contudo, o que importa é conhecer a pessoa que esta em seu convívio, conhecer suas limitações, seus anseios e desejos, sabendo que, a adolescência é uma fase que não vai durar a vida toda, alguns passar por essa fase com muita tranquilidade, outros com mais rebeldia, outros com muita timidez, medo, angústias entre outros, são chamados a entender ou ao menos compreender esse momento que também cada adulto já passou.

É nossa responsabilidade, transmitir diversos conhecimentos sobre vários assuntos, como: amor, sexo, desejo, drogas, profissionalização, preconceito entre outros, sendo que, também, devemos educá-los com princípios de solidariedade, cooperação, responsabilidade, vida saudável. (ZAGURI, 1997, p. 91)

Destarte, segundo Chauí (1994), é necessário mostrar a realidade, as dificuldades, discutir com os adolescentes uma proposta que tenham recebido; ouvir suas opiniões, pedir que ajudem nas decisões também são formas importantes de fazê-los crescer e amadurecer. Sendo que é muito salutar imbuir no adolescente uma concepção realista, para que, o mesmo, perceba que o mundo é composto por fatos realista e que a fantasia da infância passou e que este momento da adolescência é uma preparação para a maturidade adulta.

Dessa forma, irão ver a vida do jeito que ela é, com seus bons e maus momentos, com suas dificuldades ou vitórias, dessa forma aprenderão a encarar com realidade as diversidades da vida, estarão criando condições para pensar, refletir sobre decisões que irão tomar na vida futura, pois, somente com maturidade o ser humano tem condições de ser responsável por aquilo que o mesmo causa.

3.3 - Exclusão Social – Um Desafio nas Construções das Relações

Durante a busca pela autonomia, o adolescente almeja uma redistribuição de poderes e ele, mediante aos novos desafios às normas, regras e leis. Do mesmo modo, o adolescente se coloca a margem, como forma de se afirmar, ser autêntico e se diferencia dos demais, no entanto, o mesmo, sai da margem quando consegue enfrentar a angústia, face sua problemática de identidade.

Portanto os adolescentes que possuem comportamentos desafiantes são os que não encontram uma via de auto-regulação (confiança, cooperação, igualdade, reciprocidade) nas suas relações. Buscam na prática de atos inflacionais a mediação do interdito, tentando provar que seu desejo pode modificar o mal instituído.

Conforme Sudbrack (2003), ao se trabalhar com adolescentes em contexto de vulnerabilidade social, com as questões relacionadas à exclusão e inclusão social, articula-se com a condição de vida, em que vivem de forma complexa passando a ser processos interdependentes de uma dinâmica circular, que se influenciam mutuamente e que são desenvolvidos na relação com o outro.

Em um contexto de conjuntura social é notório que as comunidades em situação de vulnerabilidade são comumente denominadas (região problema, área de risco, comunidade perigosa), ou seja, territórios de privação e abandono, que devem ser evitado e temido, pois, esses locais já estão estigmatizados no imaginário social como local de violência, drogas e crimes.

Segundo Wanderley (1999), qualquer estudo sobre exclusão social deve ser contextualizado no tempo e no espaço, para a autora:

Os excluídos não são apenas rejeitados física, geográfica ou materialmente, mas de todas riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, há também uma exclusão cultural. (WANDERLEY, 1999, p. 17)

O capitalismo estabeleceu o elitismo na sociedade moderna, caracterizada somente por aceitar algumas pessoas e rejeitar outras, mas por sua intolerância cada vez mais acentuada do diferente. O mundo, no entanto e totalmente codificado as pessoas são extremamente diferentes entre si, por diversos

motivos, social, econômico, acadêmico, cultural, sendo que, essa diferença entre si torna-se insuportável para uma sociedade que almeja a homogenia e a igualdade.

Na adolescência o sujeito passa por profundas mudanças em sua esfera humana, em todos os aspectos corporal, sexual, afetivo, familiar e social, mediante tantas mudanças interna e externa o adolescente começa a ter alguns conflitos com o mundo e com o seu ser, desse modo, o adolescente passa a ter uma visão confusa de si e como o outro o olha.

Conforme Minayo (2001), é preciso lutar contra a neutralização destes processos, sociais de exclusão que leva a sociedade a crer na desesperança dos adolescentes, na sensação de que sua contribuição para a sociedade é desnecessária, na ausência de temor e medo e que a realidade os obriga a viver.

Para mudar esse contexto, é necessário tratar esses adolescentes como pessoas capazes de escolher, aprender, compreender, ser e de tomar decisões dentro de uma realidade social muito pequena.

É notório que para o estabelecimento desse adolescente em uma sociedade cheia de normas e critérios se faz necessário: sentimento de construção de vínculos e laços coletivos, incentivo no que diz respeito a políticas públicas em foco no trabalho, educação e saúde e no amplo complexo social que este adolescente se sinta participante no processo.

Neste ínterim, a sociedade exclui para incluir, que já faz parte da ordem social, ou seja, uma condição natural da sociedade desigual. Todos estão inseridos de algum modo, mesmo sendo de uma forma correta, coerente, descente ou digna, ou seja, mesmo que seja por uma inclusão perversa, é o que acontece com alguns adolescentes que precisam sofrer para se incluírem, para ser pertença a um grupo, para mostrar ser alguém na sociedade, para se afirmar diante de si mesmos, podemos citar os adolescentes envolvidos em grupos perversos de tráfico de drogas, grupos de assaltos, seqüestros e outros crimes bárbaros.

A priori, a definição de exclusão e de margem parece simples: se situa em relação à norma. No entanto não sabemos de qual norma se trata, no entanto não sabemos a relação que cada um de nós sustenta, psiquicamente, com a mãe, a família, as instituições (OLIVESTEIN, 1997, p. 18).

Em outras palavras, conforme o exposto acima, pode-se afirmar que os conceitos de margem, desvio e exclusão social na adolescência não podem ser definidos ou compreendidos sem que compreenda o universo relacional do adolescente, ou seja, sem que se compreenda como foi constituída sua rede social e pessoal.

3.4 - A Importância da Intervenção Técnica Para a Humanização no Atendimento Socioeducativo

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente determina a necessidade de uma proposta técnica de trabalho para a aprovação e o credenciamento de instituições de atendimento social, os agente sociais envolvidos no contexto reconhecem essa necessidade, e, sobretudo se preocupam com os resultados de sua intervenção.

Para (VARELA, 1988), Pragmaticamente, uma proposta de intervenção sobre o problema das crianças e adolescentes em situação de risco, pode pretender reeducar através de um processo de reestruturação subjetiva. Identificando o problema enquanto uma distorção subjetiva, localizada no indivíduo, nessa direção faz sentido investigar as experiências primárias que determinam o trauma ou a distorção na personalidade do adolescente.

No entanto, é importante ressaltar que para entender a dinâmica do adolescente e deve-se fazer uma proposta de intervenção que seja coletiva, que envolva os atores da comunidade em que o adolescente esta inserido, ou seja, pais, educadores, namoradas (o), parentes todos aqueles que exercem um papel junto ao adolescente, além dessas subjetividades existem condicionantes econômicos, culturais, comunitários e outros, sendo que, o problema que envolve o adolescente na criminalidade ou nas drogas são várias vertentes, porém, essa intervenção deve também ser entendida no núcleo base da vida desse adolescente que é a família, pois, a reorganização desse núcleo é base para a ressocialização do adolescente.

Não se faz sentido buscar causa ou episódios que deram início o desvio de conduta do adolescente, faz sentido investigar, compreender e assumir os valores, as expectativas, as fantasias, as referências dos agentes envolvidos, inclusive dos membros da equipe da instituição que agora participam do processo.

Para que essa proposta de intervenção tenha êxito também se faz necessário um ambiente que possibilite a reconstrução das percepções individuais e coletivas, uma nova visão de mundo e de ambiente deve criar novas modalidades de comunicação com proposta técnica de intervenção junto com a clientela, pode-se direcionar essa intervenção técnica sobre uma coletividade, sobre sistemas sociais, sobre uma rede de relações e sobre diversos contextos de vivência do adolescente.

Suldrack (1996) discute a nova concepção de sujeito em programas de prevenção ao uso indevido de drogas, subjacente ao enfoque sistêmico e apoiado nos paradigmas da complexidade, segundo o qual a drogadição é um fenômeno complexo e de natureza multi-facetada, o que requisita uma abordagem transdisciplinar para sua compreensão e intervenção. Sendo que o foco de investigação deixa de ser o sujeito e a droga, passando a investigar a relação desse sujeito com outras pessoas, consigo mesmo, com a sociedade e com as drogas, focando nas relações interpessoais e intrapessoais.

- Relação Entre Adolescente X Educador/Psicólogo

O conceito de relação perpassa todas as dimensões de serviços de atendimento com adolescentes em instituições ou fora delas. Sendo que, toda comunicação, inserida em relações, implica numa meta-comunicação, ou seja, ela requisita uma função de si mesma como condição para ser eficiente na função esperada, dentro da relação que se estabelece, essas definições possíveis variam em sentido e intensidade, conforme é a abertura do sujeito a essa relação, podendo receber diversas denominações como: namoro, casamento, amizade, emprego, contrato de serviço e etc, sendo que, essas relações não podem deixar de ser definidas.

Nas instituições de adolescentes em conflito com lei em regime de semiliberdade, a definição se refere às relações com os profissionais, entre outros, essa definição deve constituir um contrato de trabalho de forma explícita, abrangente e responsável, pois, esses profissionais são a base para a renovação da vida desses adolescentes, dessa forma, uma relação inadequada pode comprometer todos os objetivos do trabalho a ser realizado.

Os profissionais adultos dessas instituições representam talvez, as últimas alternativas de desviar as tensões que emociona, que internaliza o

adolescente privado de liberdade e usuário de droga, portanto, a relação entre o educador/psicólogo pode representar os primeiros passos para construir uma presença adulta e madura na experiência vivida no adolescente em atendimento.

Conforme Winnicott (1965) postulou o adolescente com comportamento anti-social requisita que a sociedade lhe permite e demonstre os limites que lhe faltaram em determinada época da sua infância, na família, o mesmo, evoca com seu comportamento, a presença de um pai efetivo, cuja firmeza e rigor, aliados à estabilidade e carinho, que possibilite a esse adolescente o sentimento de proteção e a assimilação da culpa.

Considerando Winnicott (1965), o psicólogo deve cuidar para que essas relações sejam definidas com adolescentes considerando sua natureza profissional/paternal, distinguindo tal postura de uma outra paternalista, pois, fica notório que essa postura de profissional/paternal é uma transferência do adolescente sobre o profissional da equipe que o mesmo criou um maior vínculo, esse paternalismo, explora os limites de uma relação educativa, quando uma das partes assume para si, uma postura de pai substituto, cuja funções institucionais são incoerentes, limitadoras e inadequadas para embasar tal definição, pois, a equipe deve assumir a iniciativa na definição desta relação e o psicólogo deve intervir para que a mesma seja saudável e adequada.

Outra contribuição importante para esse trabalho e, em especial, nesta dimensão da relação entre o adolescente e o educador/psicólogo é a teoria do vínculo, inseridas em algumas propostas técnica denominada “Pedagogia do Encontro” (BRAGA, 1999).

A Pedagogia do Encontro propõem um enquadre técnico para formular uma compreensão do problema do adolescente em situação de risco e possibilita o desenvolvimento de um plano de intervenção, mediante hipóteses diagnósticas e de estudos de caso, buscando desvendar a rede vincular do adolescente, dessa forma o atendimento foca o adolescente e as pessoas de vínculo próximo a ele.

- Relação Entre Adolescente X Família

A Terapia Familiar Sistêmica proporciona uma contribuição importante para o trabalho com adolescentes e suas famílias, sendo que, a trajetória do adolescente em situação de risco, usuário de droga ou autor de infração, sua

participação e as implicações para o sistema familiar e para a instrumentalização dessas famílias para lidar com o problema contido nos adolescentes da mesma.

Minuchin (1982) mostra a importância do núcleo familiar no processo de formação de identidade do indivíduo, sendo que, a mesma é a primeira formadora de opinião na vida deste indivíduo. Segundo ele, a família é a matriz desse processo, que proporciona ao mesmo tempo, o sentimento de pertencimento e o sentimento de ser separado. O estabelecimento da identidade, resulta desse percurso familiar onde a pessoa se individualiza, tendo como referência essas relações, a identidade saudável e a identidade doentia, que são constituídas no seio familiar.

No entanto, é de suma importância perceber que mesmo esse adolescente com múltiplas dificuldades de diversas instâncias contém algo embutido nele que favorece na transformação desse indivíduo, pois, esse forte vínculo familiar principalmente com a figura materna proporciona um desejo interno de mudança.

Em nossa sociedade os sistemas familiares são organizados em torno de pais, que muitas vezes não cumprem sua função socializante e educativa, dessa forma, perceberam que a família não está preparada para educar, comunidade não oferece condições justas para a formação dos pais ou dos adolescentes, formando um ciclo perverso e vicioso sobre as famílias.

Fishman (1996) mostra que a família com adolescente em risco, com uso de drogas ou conflitos com a lei, apresenta ou apresentou os seguintes comportamentos no percurso de sua história: Frequentes conflitos entre pais; Conflitos diretos envolvendo a criança; Pouca diferenciação na influência da opinião dos pais e da criança sobre as decisões do grupo, com frequente inversão de hierarquia; Expressão mais acentuada de afeto negativo, em detrimento do afeto positivo; Mau entendimento de grande parte da comunicação estabelecida.

Tudo isso vem confirmar a situação da família perante a sociedade e seu papel de tutor da vida desse adolescente, sendo que em diversas situações a função da família de educar e preparar o sujeito para vida, vem sendo distribuída para outros autores (escola, igreja, amigos, comunidade e outros), que também são responsáveis por preparar esse sujeitos, porém, secundariamente.

- Relação entre adolescente X Contexto Educativo e Escolarização

“O inciso IV, do art. 13 da LDB, ao afirmar que é dever dos docentes “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”. Completa a mesma idéia explicitada pelos incisos VI e VII do art. 12 da LDB, esses três incisos quando realizados de forma coordenada, efetivam a integração da escola com as famílias de seus educandos e com a comunidade em que esta situada”. (BRANDÃO, 2003, p. 55).

Faz-se necessário a participação da comunidade na escola para cumprir suas funções educacionais, principalmente em se tratando de adolescentes encaminhados por instituições de atendimento social, pois é notório que a relação escola, família e comunidade estabelecem elo de força na luta pela formação desses adolescentes.

“Neste sentido, a formação da cidadania supõem a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir e também, é claro de submeter à crítica os valores, as normas e os direitos morais existentes, inclusive aqueles tidos como mais democráticos e justos”. (GENTILE; ALENCAR, 2003, p. 94).

A educação é um processo integral e os diversos seguimentos envolvidos nesse processo precisam trabalhar em consonância e coesão, entendemos que a escola exerce papel fundamental não apenas na reinserção social como na prevenção da marginalização dos adolescentes em situação vulnerável, sendo que, a escola para o adolescente representa liberdade, aprendizagem das coisas da vida, pois em diversas situações a “escola” para esse adolescente é ao mesmo tempo porta de entrada dos adolescentes na marginalização, por falta de uma política para essas questões onde envolva escola, família e comunidade.

Apesar dessa realidade, deve-se reconhecer que alguma coisa esta mudando. Algumas escolas adotam um modelo pedagógico diferenciado, capaz de aumentar bastante a probabilidade dos alunos carentes formularem um projeto para sua escolarização. A mudança passa pela formação de professores cuja concepção de ciência e de processo educativo diferem do modelo tradicional e dominante.

Conforme Bourdieu e Passeron (1975), o fracasso escolar é julgado sem sua devida contextualização, atribuindo o insucesso a incompetência individual, dessa forma esse fracasso recai sobre o aluno que se desmotiva e prefere deixar os muros escolares e essa fase da vida para outro momento.

Paro (2001, p. 98) afirma que “(...) A participação da população “Comunidade” na escola ganha sentido assim, na forma positiva na instituição com relação aos usuários, em especial aos pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo e de vida na escola (...)”. Dessa forma, é importante o envolvimento de ambas as instituições e que o diálogo se estabeleça entre elas, pois, quando a família participa ativamente da vida escolar do adolescente ele se sente motivado, estimulado e, conseqüentemente, essa participação está ligada à aprendizagem, tendo uma visão que a escola é importante.

A escola deve preparar para esses adolescentes com diversas dificuldades algo que chame a atenção dele para a escolarização e para o desejo de aprendizagem, dessa forma a escola deve buscar alternativa menos frustrantes para esses adolescentes, tendo em vista a defasagem de idade e seu histórico de uso de entorpecente, maus tratos, rua, privação de liberdade e outros.

Uma vez esse adolescente inserido na escola deve-se iniciar o acompanhamento das atividades diárias com atenção, respeito, respeito e apoio por parte da equipe, o interesse desse adolescente pela escolarização deve ser despertado e alimentado e incentivado no contato com um auxiliar mais preparado para oferecer ajuda efetiva.

A responsabilidade pela reinserção escolar do jovem cabe igualmente à escola, pois, ao mesmo tempo, que a escolarização é obrigação prevista para instituições que realizam o atendimento social ao adolescente (art. 102 – ECA), também constitui direito fundamental da criança e do adolescente o acesso à escolaridade (BRASIL, 1990).

O fenômeno da marginalidade e do abandono de crianças e adolescentes freqüentemente está associado à evasão escolar, repetência, ou expulsão do sistema de ensino.

- Relação Entre Adolescente X Profissionalização e Mercado de Trabalho

Encaminhar um adolescente para o mercado de trabalho não é tarefa simples e de resultados seguros e tranquilos. Há que contextualizar a inserção do adolescente no trabalho, compreendendo os fatores que podem determinar seu sucesso ou fracasso, nunca se deve confundir trabalho com ocupação preventiva ou como válvula de escape para aliviar a família ou instituição da presença do adolescente.

Conforme Dauster (1992), o trabalho assume significados múltiplos, além de seu aspecto econômico. Assume por exemplo, valor de troca para o adolescente, traduzindo-se como retribuição ao pai ou mãe, pelos bens e cuidados a ele proporcionados. Substitui-se a idéia de exploração através deste código conceitual entre pais e filhos.

As instituições de atendimento especializado, e aquelas que desenvolvem programas de profissionalização precisam estar preparadas, para trabalhar o adolescente como candidato a uma profissão ou a um emprego. Antes de considerá-lo preparado, deve observar que, ao chegar à instituição, a memória dos adolescentes se comporta com certa formalidade característica não deixando transparecer suas particularidades e características pessoais.

Não se pode esperar que o adolescente chegue agindo como sempre age ou que demonstre como realmente é, ao primeiro contato com a equipe da instituição, o mesmo, aos poucos vai se revelando, se acostumando as pessoas, testando seus limites, desafiando e chamando para si, atenções mais severas, mais brandas ou ostensivas, nunca se deve encaminhar um adolescente atendido em instituições para o primeiro emprego sem percorrer um caminho de paciência e observação.

Acredita-se que deve ser feito primeiro um trabalho com esse adolescente, mostrando a ele as interfaces do mercado de trabalho, sendo que, desta forma o adolescente irá perceber que para seu ingresso no mercado de trabalho será mediante dois eixos, escolarização e profissionalização, sendo assim, as unidades de atendimentos para esse público deve em seus projetos a escolarização e profissionalização, focado no esforço pessoal de cada adolescente no intuito de mudança e em suas relações interpessoais.

Fortalecer esses eixos na vida do adolescente em um atendimento que seja sistêmico expurga de sua vida os traumas deixados durante toda sua trajetória de vida, sendo que, esses adolescentes muitos deles passaram por situação de rua, internação, gangues e outros. Para Ericson (1972) essas questões ficam internamente em seu inconsciente, pois, muitos deles, preferem ter a identidade de delinqüente ou ter a identidade de ninguém, ou seja, preferem pertencer a um grupo a se sentir segregadamente isolados.

A iniciação ao trabalho inscreve-se, portanto, num determinado momento, do processo educativo desse adolescente, sem precipitação, mas projetando-se como uma possibilidade real para o adolescente, uma vez alcançada certa evolução em sua capacidade de relação com os outros, com a autoridade e com os colegas, não se trata apenas de arrumar uma colocação para esses jovens, mas de garantir a continuidade de um processo educativo que teve início na instituição e deve prolongar-se para outros aspectos de suas vidas.

Uma vez preparado para assumir responsabilidades e os compromissos inerentes ao trabalho, cabe a instituição de atendimento garantir a chance real do adolescente vivenciar uma relação de emprego ou profissionalização formais, trata-se de encontrar o lugar onde o adolescente vai trabalhar ou seja, organizar as bases materiais do processo, tal como propostos por Gomes da Costa (1991).

4 – METODOLOGIA

4.1. Tipo de pesquisa

Para realizar essa pesquisa pretendeu-se uma abordagem qualitativa. Essa abordagem deve ser feita de forma coerente para não haver uma interferência pessoal do pesquisador, pois, o ser humano tem olhares diferenciados para o mesmo assunto, já que, sua história de vida e suas experiências acadêmicas podem influenciar nesse olhar para a efetivação de uma pesquisa.

“A questão metodológica é bem mais ampla e implica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social. Isso significa que, ao registrar seu procedimento metodológico, você está evidenciando sua postura como pesquisador, ou seja, você deixará pistas de como está concebendo a relação sujeito-objeto do conhecimento”. (GONÇALVES, 2003, p. 61).

A pesquisa qualitativa enfatiza o processo, aquilo que está ocorrendo, e não o produto ou os resultados finais. Outra característica interessante desse tipo de abordagem é que a pesquisa refaz-se constantemente no próprio processo de investigação. Para isso, utilizou-se de um planejamento flexível, os focos de investigação vão sendo revistos, as técnicas de coletas, modificadas, os instrumentos, reformulados, e os fundamentos teóricos, repensados.

Conforme Lüdke e André (2004), “para que se torne um instrumento válido e fidedigno de pesquisa científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática, isso requer a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”.

4.2 Amostra

A pesquisa teve como interlocutor o psicólogo da Unidade de Semiliberdade da cidade satélite do Gama Central - DF, G.M.A.F. 42 anos, graduado em psicologia há 19 anos, atua com adolescente em risco desde que se formou,

trabalha na unidade de semiliberdade a 1 ano e 3 meses, no regime sócio-educativo de semiliberdade da (SEJUS) Secretaria do Estado de Justiça do DF.

4.3 Local

A unidade de semiliberdade a ser pesquisada pertence à rede pública e oferece acompanhamento psicológico aos adolescentes que nela estão em regime de semi-liberdade a mesma se encontra Qd 43 Conj A Casa 02 GAMA CENTRAL – CEP 72405-430, Telefone 3905-2121 ou 3905-2740, a pesquisa foi realizada dentro da unidade de semiliberdade, tendo acesso a todos os cômodos e informações necessárias para o levantamento de dados para a efetivação da pesquisa.

A unidade é uma casa de dois pavimentos, com muros altos e portões lacrados com chapa de ferro, um ambiente seguro e limpo, estando instalada nesse endereço a 08 anos, contendo 15 cômodos são eles:

- 03 quartos;
- 01 sala de TV;
- 01 sala de jogos;
- 01 refeitório;
- 01 lavanderia;
- 01 cozinha;
- 01 sala de coordenação;
- 01 sala dos técnicos;
- 01 sala de informática;
- 01 sala de atendimento psicossocial;
- 03 banheiros.

A unidade oferece diversas atividades aos adolescentes inseridos judicialmente ao regime sócio-educativo, essas atividades são desenvolvidas por alguns de seus 36 funcionários e outros voluntários oriundos da comunidade, as atividades são:

1. Escolarização;
2. Esporte (Futebol e Capoeira);
3. Jogos Eletrônicos;

4. Mementos de Integração Espiritual (Os adolescentes freqüentam templos evangélicos);
5. Oficinas de Artesanato (Artesanato com tear, papel e miçanga);
6. Cursos Profissionalizantes oferecidos por entidades não governamentais – Informática, auxiliar administrativos e outros, esses cursos são ofertados aos adolescentes que cursam o ensino médio, sendo que, essa realidade em uma unidade socio-educativa é muito incomum;
7. Atendimento Terapêutico coletivo e Individual elaborado pelo psicólogo e Assistente Social da Unidade, sendo que, as unidades públicas de Semiliberdade do DF ainda não estão com equipe multidisciplinar integrada, pois, pedagogos, ainda não compõem essas equipes;
8. Limpeza e Manutenção da Limpeza da Unidade.

A unidade pesquisada possui 36 servidores sendo eles divididos em dois turnos de trabalho dia e noite, as funções exercidas por esses funcionários são;

1. Psicólogo;
2. Assistente Social;
3. Coordenador de Unidade;
4. Auxiliar de Coordenação;
5. Motorista;
6. Auxiliar de Serviços Gerais;
7. Sócio-Educadores (Monitores).

A unidade possui instalações muito simples, com poucos recursos, os funcionários se esforçam para manter a ordem do local e as atividades funcionando, os moveis e utensílios são bem antigos, TV, DVD e sofá na sala de estar, refeitório com mesas coletivas e bancos, forro na mesa, moveis de escritório antigos também, a alimentação da unidade é terceirizada e é entregue em vasilhames plásticos transparentes grandes.

Com toda dificuldade a unidade é bem harmoniosa e integrada na proposta que o SINASE apresenta como norte para o trabalho sócio-educativo, pois,

para uma integração total desse adolescente na sociedade se faz necessário um trabalho de formiguinha onde cada passo e cada momento é importante no re-construir desse cidadão como sujeito de direito.

4.4 Instrumento(s)

Como instrumentos para a pesquisa, foram utilizados a observação, questionário e a entrevista.

Para coletar os dados, optou-se por aplicar questionário e entrevista gravada com o psicólogo, como também observação dos atendimentos psicossociais, e do cotidiano da unidade (casa). Os questionários somados as entrevistas, aos dados obtidos por meio da observação, permitiram-se conhecer as percepções, anseios e desejo do interlocutor e esclarecer algumas indagações formuladas nos objetivos da referida pesquisa.

As perguntas do questionário foram abertas pelo fato de proporcionar maiores esclarecimentos e informações que permitissem obter dados mais precisos e relevantes, o que às vezes não se consegue com questões fechadas. Procurou-se contemplar questões exclusivamente sobre o papel do psicólogo nesse contexto. Segue as questões do questionário semi-estuturado:

- 1. Como são preparados os conteúdos trabalhados com os adolescentes?**
- 2. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho?**
- 3. É possível pensar em humanização em um espaço de privação de liberdade?**
- 4. Quais os limites e as possibilidades de atuação do psicólogo neste novo lócus de atuação?**
- 5. Quais as abordagens que você utiliza no seu trabalho?**
- 6. Como se dá à relação: psicólogo x adolescente no dia-a-dia de trabalho?**
- 7. Quantos adolescentes na unidade são usuários de droga? Quais tipos?**

A entrevista foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado, sendo que, ela propicia um clima de interação, não sendo aplicada rigidamente, permitindo fazer as necessárias adaptações. Foram respeitadas as exigências comentadas por Ludke; André (1986):

[...] em primeiro lugar, um respeito muito grande pelo entrevistado. Esse respeito envolve desde um local e horário marcados e cumpridos de acordo com a conveniência, até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante (LUDKE; ANDRÉ, 1986. p.35):

O questionário aberto composto por 10 perguntas que se seguem:

- 1. Quando foi inaugurada a semiliberdade no DF?**
- 2. Como se deu esse processo?**
- 3. Horário de Funcionamento?**
- 4. Perfil dos adolescentes que freqüentam?**
- 5. Existe contato com os familiares desses adolescentes?**
- 6. Tempo médio de internação dos adolescentes?**
- 7. Como é feita a triagem do atendimento?**
- 8. Existe algum trabalho terapêutico na unidade?**
- 9. Principais dificuldades encontradas?**
- 10. Como se dá a integração desses na sociedade (esporte, lazer, mercado de trabalho)?**

Durante o período de pesquisa na unidade (casa) de semiliberdade do Gama Central, além da aplicação dos questionários e entrevista gravada, foram realizadas diversas observações da rotina da unidade. As observações ocorreram na casa do gama leste, durante o almoço, atividades noturnas e fim de tarde.

4.5 Procedimento

Esse trabalho foi orientado pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e SINASE, e buscou manter os direitos da pessoa pesquisada a partir da correta conduta ética dos pesquisadores e a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

Ressalta-se que a pessoa pesquisada somente foi considerada participante da pesquisa após concordar e consentir com o estudo, para isso teve

que assinar o TCLE, emitido em duas vias, uma para a própria pessoa e outra para o pesquisador.

No primeiro contato feito com a coordenadora da unidade, apresentou-se a referida pesquisa e importância da participação do Psicólogo da Unidade na mesma. Com a anuência do participante foram feitas visitas informais de observação durante maio/Junho/julho/agosto de 2009. Aplicou-se o questionário no mês de dezembro de 2009 com 40 minutos de duração. Em seguida, a entrevista foi realizada no mês de Janeiro de 2010 para obter o maior número informações sobre a rotina da Unidade de Semiliberdade, como também a observação da atuação do psicólogo junto aos adolescentes por ele atendido, contudo, de Maio a Janeiro existiu o contato com a unidade dando um total de oito meses de pesquisa.

As observações da rotina na unidade de semiliberdade ocorreram durante todas as visitas. Todas as atividades estavam voltadas para trabalhos em grupos, nos quais os internos auxiliavam uns aos outros, trocavam informações e escolhiam o que desejavam trabalhar formando assim, um inter dialogo entre, técnicos, sócio-educadores, demais funcionários e entre eles mesmos.

4.6 Análise de dados

A análise dos dados foi feita, por meio da compilação das observações, questionário aberto e semi estruturado, diálogos informais, como também leis, resoluções, artigos, livros para ter um embasamento teórico sobre o tema estudado.

5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a aplicação do questionário ao psicólogo da unidade de semiliberdade seguem transcritos abaixo:

1. Como são preparados os conteúdos trabalhados com os adolescentes?

Os conteúdos são trabalhados de uma forma mais didática e cautelosa possível, os mesmos, são elaborados pelo psicólogo e pela assistente social da unidade, sendo que buscam um trabalho multidisciplinar conforme as orientações do ECA e do SINASE.

Sempre em seus trabalhos favorecem conteúdos que sejam ao alcance do entendimento desse perfil de adolescente.

Segue os seguintes temas trabalhados com eles:

“Questões sobre diversidade cultural, étnico racial, gênero, orientação sexual deverão compor os fundamentos teóricos metodológicos do projeto pedagógico dos programas de atendimento sócio-educativo”. (BRASIL, 2006. P 49)

1. Auto-Estima;
2. Drogadição;
3. DST/AIDS;
4. Sexualidade/Afetividade;
5. Tolerância – Respeito x Diálogo;
6. Família;
7. Fé e Razão;
8. Datas Importantes (Páscoa, Carnaval, Independência da República, Festa Junina entre outros)

Esses temas são trabalhados em: dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, apresentação em slides, filmes, músicas, esportes entre outros.

“Os programas devem ter, obrigatoriamente, PPP
– Projeto Político Pedagógico claro e escrito em

consonância com os princípios do SINASE. O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público alvo, capacidade, fundamentos teóricos metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, avaliação e monitoramento de domínio de toda equipe”. (BRASIL, 2006. p. 47)

É notório que é realizado um bom trabalho com conteúdos válidos entre esses adolescentes, percebe-se que o psicólogo tem uma vasta experiência em lidar com adolescentes, pois nos diálogos informais ele sempre citava sua experiência em escola em Uberlândia. O mesmo tem muito entusiasmo ao trabalhar com os adolescentes.

Porém, após várias observações acredita-se que o que é construído um bom trabalho com adolescentes por alguns profissionais é destruído por outros, como por exemplo: Um funcionário X da unidade ao carregar a alimentação estava a chamar os adolescentes para comer a “CHEPA”, nome usado para alimentação nas carceragens e nos presídios, assim, o que é construído ao mesmo tempo é desconstruído de uma forma simples.

2. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho?

1. Espaço Físico;
2. Recursos Financeiros;
3. Quantidade de adolescente vinculada à medida, ou seja, casas sempre superlotadas;
4. Rotatividade – quando se inicial um trabalho o adolecente evade, transfere de unidade.

Em questão a rotatividade é muito comum, cada observação na unidade percebeu-se que tinha adolescentes diferentes, sempre com um quantitativo acima da média, sendo que para o SINASE, a unidade deve comportar 20 adolescentes no máximo (BRASIL, 2006) – uma realidade que esta longe de acontecer. O espaço físico é muito contido para muitos adolescentes e funcionários, podendo chamar as instalações de razoáveis para o que se trata de socialização, sendo o espaço pequeno para muitos adolescentes, entre outras coisas, uma péssima condição de trabalho para os funcionários. Há falta de espaço para que os

mesmos possam efetuar seus trabalhos com dignidade, para uma equipe efetivar um trabalho com coerência e resultado é primordial condição de trabalho, sendo que neste trabalho espaço é principal.

3. É possível pensar em humanização em um espaço de privação de liberdade?

Claro que sim! A privação parcial da liberdade, sendo que, os adolescentes podem (trabalhar, fazer cursos, esporte e devem estudar). Não implica em um processo de desumanização, o indivíduo em cumprimento de sentença judicial, pode e deve ser preservado, é um momento que por força maior da lei o adolescente tem uma dívida social a ser “paga”. Momento este que pode ser explorado para que o jovem faça uma reflexão interna sobre sua vida.

Conforme o BRASIL (2006) é fundamental que o adolescente ultrapasse a esfera espontânea da apreensão da realidade para chegar à esfera crítica da realidade.

Acreditando em um processo de socialização que seja, justo, igualitário, fraterno, digno, vejo que a cautela de um deve estar na cautela do coletivo, o espaço humanizado se dá mediante muitos aspectos e inúmeras visões, portanto, percebe-se que, quando uma pessoa já está privada de liberdade já existe aspectos que levam o sistema a ser desumano. Entretanto, é notório que a unidade do gama central está buscando novos paradigmas em seu atendimento, sendo, o processo de humanização de um atendimento é diário e sua avaliação deve ser constante.

4. Quais os limites e as possibilidades de atuação do psicólogo? Neste novo lócus de atuação?

1. Limites Institucionais;
2. Limites legais.

Esses são os dois limites que o psicólogo da unidade mais esbarra em seu trabalho, as possibilidades são muito amplas, porém, existe uma falta de recurso e um respaldo da rede, ou seja, se a saúde, educação, esporte, lazer e segurança pública caminhassem juntos ou seu trabalho fosse feito efetivamente o sócio-

educativo caminharia super bem ou talvez fosse mínimo os adolescentes envolvidos em conflito com a lei e com o uso de drogas.

Cada profissional em sua área irá encontrar todo tipo de resistência, limites, possibilidades, porém, pode com a força do trabalho, com a vontade de renovação e mudança atingir o ideal, a excelência. Cada um deve buscar nas políticas públicas subsídios para uma renovação do sistema, seja ele: Educacional, saúde, lazer e etc.

5. Quais as abordagens que você utiliza no seu trabalho?

O entrevistado afirma que busca integrar o adolescente na abordagem e não a abordagem ao adolescente, para que isso aconteça, primeiro analisa a vida do adolescente e suas potencialidades, sendo assim, usa a abordagem INTEGRADORA, integrando o adolescente a uma abordagem mais propícia ao seu caso, que pode ser: Psicanalítica, gestáltica, psicodramática, behaviorista ou humanista.

O trabalho terapêutico se dá a cada momento, a cada gesto, a cada instante, “esse adolescentes chegam às unidades cobertos por um escudo chamado, “MUNDO”, local onde ele aprendeu todas as defesas da vida, onde foi seu berço na construção de uma identidade, a quebra de todas essas idéias e ideais vinculados a esses adolescentes devem ser desconstruída de forma contínua, nas diversas terapias e abordagens oferecidas pela unidade”(Sic).

6. Como se dá à relação: psicólogo x adolescente no dia-a-dia de trabalho?

Uma relação excelente, humanizada. Segundo o entrevistado, ele não diferencia o adolescente usuário de drogas ou em conflito com a lei dos demais adolescentes, ele diferencia o comportamento desse adolescente visando uma mudança do mesmo, buscando um novo olhar para o mundo.

Conforme Zagury (1997), a pessoa humana necessita de gestos afetivos constantes, como sinais de confiança, estabilidade emocional, reparo a danos emocionais causados na infância, estímulo ao crescimento individual e amadurecimento desse indivíduo.

Em um relato do psicólogo sobre um dos adolescentes da unidade que é uma vitória para todos os funcionários, ou seja, algo que os motiva a trabalhar na unidade: J. G. S tem 17 anos, negro, residente no DF, cometeu o ato criminal de homicídio e porte ilegal de armas, dentro da unidade, o adolescente percebeu um mundo diferente, abriu-se novos horizontes em sua vida. Hoje o adolescente se arrepende do seu ato, estuda, faz diversos cursos como de informática e secretario administrativo, alguma responsabilidades incomuns são dadas a esse adolescente como: fazer pequenas compras em mercado auxilia em alguns serviços da unidade, acompanha alguns adolescentes, a equipe busca integrar esse adolescente ao meio social.

7. Quantos adolescentes na unidade são usuários de droga? Quais tipos?

Entre 90% a 95% dos adolescentes em regime de semiliberdade são usuários de algum tipo de droga.

- Maconha;
- Cocaína;
- Cigarros e Bebidas alcoólicas;
- Crack, mela e outros derivados são pouquíssimos casos, sendo que, são drogas mais usadas por moradores de rua.

Para Zagury (1997) o descontrole ou abuso no uso de drogas esta ligado a uma série de fatores com o tipo de droga utilizado, dosagem, forma de administração, estado de saúde física e mental do individuo e motivação de uso entre outros.

É notório que o uso de drogas nos adolescentes em conflito com a lei é uma constante, pois, a causa principal de seus crimes é o uso das drogas e em muitas vezes a comercialização da mesma.

A unidade não tem como ter um tratamento para dependentes químicos e mesmo no GDF, não possui uma clínica pra esse tipo de tratamento, apenas os Centros de Atendimento Psicossocial – álcool e drogas (CAPS – AD), aonde o paciente vai ao tratamento mais volta para casa todos os dias ficando, muitas vezes, vulnerável a droga.

Foi perceptível a luta dos funcionários da unidade do atendimento do psicólogo contra o uso de drogas dentro da unidade e conscientização para com os adolescentes.

Os resultados obtidos com a entrevista informal, conversar informais, estão transcritos a seguir:

01. Quando foi inaugurada a semiliberdade no DF?

A unidade foi inaugurada em 20 de outubro de 2000, sendo que, irá completar 10 anos esse ano.

02. Como se deu esse processo?

Necessidade da demanda, reuniões na secretaria com os juízes e promotores e aumento da oferta de usuários.

03. Horário de Funcionamento?

24 horas por dia. A unidade tem esse funcionamento por que atua em regime de plantão, pois, a qualquer hora a vara da infância e juventude pode mandar um adolescente para uma unidade.

Porém, os adolescentes são liberados para sua casa no sábado pela manhã e retorna na segunda feira pela manhã, se o mesmo respeitar as normas e regras da unidade. Os funcionários agentes de medida sócio-educativa ficam na unidade em regime de plantão nos finais de semana, no intuito de orientar os que não receberam o benefício de final de semana em casa e para acolherem os que chegam à unidade nos finais de semana.

04. Perfil dos adolescentes que freqüentam?

Adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, usuários de droga, com poucas instruções acadêmicas e em conflito com lei.

Contudo, esses adolescentes são de famílias carentes, menos abastecidas, que possuem diversas dificuldades, cultural, educacional, econômica,

de saúde, afeto e até mesmo famílias vinculadas ao crime. O objetivo da criação dessas unidades é justamente a transformação desse adolescente, é a oportunidade que o mesmo tem para fazer uma avaliação de sua vida e de seu comportamento é função da unidade ajudar esse adolescente na análise de sua vida e dar subsidio pra que ele a transforme.

05. Existe contato com os familiares desses adolescentes?

Sim, o entrevistado afirma que existe um contato, nesse processo a família é primordial na mudança de idéias desse adolescente, o vínculo familiar é super importante.

Nas conversas informais soube que as famílias vão a unidade uma vez ao mês tem reuniões para acompanhar a socialização de seu parentesco no regime, uma vez por semana na quarta feira a tarde existe a visita dos familiares, que restringe aos parentes de primeiro grau, os familiares também podem comemorar o aniversário do adolescente na unidade com uma pequena festinha obedecendo às normas e regras da unidade.

“A participação da família na ação sócio-educativa é fundamental para a consecução dos objetivos da medida aplicada a adolescentes” (BRASIL, 2006. p 49).

Também na Vara da infância e Juventude do DF (VIJ – DF), eles atendem os pais para estarem cientes do processo de seus filhos e também são orientados a caminharem juntos a defensoria pública, tudo isso a unidade dá suporte para os pais estarem acompanhado o andamento do processo de seus filhos.

06. Tempo médio de internação dos adolescentes?

Não existe um tempo mínimo ou máximo, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), art. 120. Parágrafo 2º A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couberem, as disposições relativas à internação.

Ou seja, a cada 03 meses é enviado relatório técnico ao juiz, é de costume a partir do 2ª relatório depois de 6 meses, se o adolescente for muito

aplicado e cumprir bem a medida que seja dado um parecer favorável progressão e ou regressão de medida.

07. Como é feita a triagem do atendimento?

O adolescente quando chega à unidade é feita uma acolhida por algum técnico, no caso o psicólogo ou a assistente social. No momento a unidade está sem pedagogo, no entanto, até março deve chegar um na unidade. Depois, do acolhimento é organizado o PIA – Plano Individual de Atendimento (anexo 01), onde é feito também uma anamnese para acompanhar melhor o adolescente e assim segue os atendimentos. O psicólogo afirma que atende a todos indiscriminadamente da necessidade. Quando o caso é muito grave, o psicólogo tenta buscar na rede um psiquiatra para auxiliá-lo.

Para o Brasil (2006) é de fundamental importância construir instrumento que possa ajudar a acompanhar esse adolescente, sendo que um desses instrumentos é o PIA – Plano Individual de Atendimento, sendo também, importantes os relatórios de acompanhamento, controles das atividades oferecidos pela casa e controle da rotina escolar.

O adolescente ao ingressar em uma unidade deve se sentir acolhido deve sentir que ali é um lugar para fazer uma reflexão, por isso às diretrizes chamam de Casa de Semiliberdade, ou seja, o local deve ter aspecto de lar, casa, residência, a integração deve ser harmônica, esse primeiro contato é primordial para o adolescente sentir-se seguro e poder se permitir a ser trabalhado nos atendimentos e nas terapias. No entanto a unidade por motivo de segurança dos adolescentes tem um aspecto de prisão, grades altas, muros altos, trancas em todas as portas, símbolos que parecem brasões policiais, pois, os mesmos adolescentes quebram a confiança com suas atitudes hostis, rebeldes e sem compromisso com a medida.

08. Existe algum trabalho terapêutico na unidade?

Sim, são vários, atendimento psicossocial, atendimento individual e grupos de vivência no qual todos falam sobre seus dramas, medos, anseios, vontades, desejos, imaginações e fantasias.

As atividades para esses adolescentes privados integralmente de sua liberdade é um processo terapêutico e cabe ao profissional o discernimento para aplicar o questionamento terapêutico nesse momento, as diversas atividades de jogos, dinâmicas, filmes, acessos a internet e outras, devem conter um propósito, sendo trabalhado em todo momento as individualidades na subjetividade desse adolescente.

“As diferentes áreas do conhecimento são importantes e complementares no atendimento integral do adolescente. A psicologia, serviço social, pedagogia, antropologia, filosofia, filosofia e outras áreas afins que possam agregar conhecimento no campo das medidas sócio-educativas. O atendimento sócio-educativo deve facilitar o atendimento psicossocial individual e com frequência regular, atendimento grupal, atendimento familiar e atividades de restabelecimento e manutenção de vínculos”. (BRASIL, 2006. p 53)

Outra vertente é a terapia familiar, sendo que, se tratando de familiar com essas dificuldades de criminalidade e uso de drogas as famílias ficam doentes juntas com esse adolescente, portanto, é necessário que pais, irmãos e parentes próximos sejam instrumentalizados para saber lidar com as situações de instabilidades desses adolescentes e no seu processo de integração social.

09. Principais dificuldades encontradas?

Os adolescentes são desconfiados acham que o técnico (Psicólogo ou outro) está ali para ser um delator dele para o juiz, sendo assim, fica muito difícil fazer um trabalho coerente e até mesmo criar um vínculo com esse adolescente. O mesmo vem de uma cultura do desacreditar, onde tudo é resolvido no banditismo da vida.

Foi notório perceber uma vontade enorme de trabalhar do psicólogo e dos seus colegas de trabalho, o desejo de transformar cada um desses adolescentes em pessoas melhores em cidadãos de bem, transformá-los em agentes transformadores da sociedade. Mas para que isso aconteça se faz necessário que as redes públicas efetivem seu trabalho, que caminhem juntas, que seja feito um trabalho de rede integrado, no intuito de oportunizar esses adolescentes e até mesmo um sistema prisional de maior idade penal, sendo que, é

importante ressaltar que esses adolescentes estão privados de liberdade e são apenados da justiça, sendo eles, responsabilidade do estado.

10. Como se dá a integração desses na sociedade (esporte, lazer, mercado de trabalho)?

O adolescente quando chega à unidade é elaborado um PIA, dessa forma é feito planejamento de acordo com as habilidades e competências desse adolescente, para que ele aos poucos vá se reintegrando a sociedade de uma forma que ele possa conhecer os valores da honestidade, respeito, a importância do diálogo, caráter entre outros. O entrevistado afirma buscar a mudança da visão de mundo desse adolescente, pois, é preciso que o mesmo tenha novos horizontes e transforme seu *status quo*.

“É fundamental a elaboração de rotinas quanto aos horários de despertar dos adolescentes, refeições, higiene pessoal, cuidados com vestuários e ambientes, escola, oficina, lazer, esporte, cultura, visitas, atendimento técnico, atividades externas e outros”. (BRASIL, 2006. p. 42)

Integrar esse adolescente ao meio social é uma luta diária tanto dos que acolhem eles nas unidades de semiliberdade, da família e da sociedade, esses meninos são vítimas diárias de estigmas que o apontam como os diferentes, os rebeldes e os mesmos reforçam isso como mecanismo de defesa.

Essa integração deve se também ao desejo desse adolescente a uma mudança no seu comportamento e em suas atitudes, pois, o mesmo, tem que ter esse desejo, sendo ele o autor de sua história e cabe a sociedade, a família e ao estado uma melhor orientação para esse adolescente e ao adolescente em risco.

A semiliberdade é um grande espaço para entender quem são os adolescentes internados, quais as condições subjetivas que estavam produzindo suas existências e como percebiam o mundo, atribuindo sentido a ele.

Foi relatado na entrevista pelo psicólogo, que a maior contribuição, além da prática em atendimentos, é tirar o adolescente do quadro de tristeza e estresse causado pela vida turbulenta que ele teve em sua história e pela própria

angustia que é viver o regime, devolvendo-lhe a alegria e a esperança, auxiliando assim na sua proposta de vida.

O Psicólogo afirmou que existem algumas limitações em educar adolescentes em regime sócio-educativo, sendo que, cada adolescente tem uma história de vida, hábitos diferentes, conceitos de vida de acordo com sua “verdade” única, grau de escolaridade diferente, falta de conhecimento cultural entre outros, o excesso de adolescente em uma unidade também é um dos fatores que impede um trabalho mais focado e mais dirigido, sendo que, são usados todos os tipos de recursos possíveis para que o dia a dia em uma unidade seja mais prazeroso e socializador possível.

Ficando claro que a falta de investimento é notória em uma unidade e que a SEJUS, poderia olhar mais para as condições de trabalho e para o processo de socialização que a mesma, esta disposta a fazer.

Lembrando que uma unidade de semiliberdade deve conter diretrizes de acompanhamento como: projeto sócio-familiar e projeto político pedagógico para que seja, norteador o trabalho multidisciplinar e individual de cada profissional da equipe técnica da unidade, percebemos que a unidade do gama central esta buscando novos paradigmas para esse trabalho buscando sempre a excelência, sendo que, cuidar, educar, formar agentes transformadores da sociedade, buscar trabalhar conceitos de moral, ética e cidadania, elaborar junto com o sujeito uma forma de vida saudável, longe do crime, do tráfico e do uso abusivo de qualquer tipo de droga tudo isso e promover saúde, pois, a promoção da saúde é formar uma sociedade mais saudável nos aspectos, mente, corpo e espírito.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de pesquisar sobre o tema regime sócio-educativo em relação à humanização no atendimento surgiu após análise do quadro desse regime no Distrito Federal e no país, bem como o impacto extremamente negativo em relação ao não conhecimento sobre regime sócio-educativo, adolescente infrator e usuário de droga. Apesar de haver poucas pesquisas, livros, debates e trabalhos publicados que falam sobre o regime sócio-educativo em ênfase na semiliberdade, procurou-se, conhecer o papel do psicólogo neste ambiente, como agente de mudança, ultrapassando as barreiras do tradicional e buscando o encontro entre a educação, a emancipação, politização, humanização e a saúde, tornando a unidade em um lugar com maior calor humano e alegria, propiciando aos adolescentes, entusiasmo e vontade de viver, vencer, lutar a favor de seus ideais.

Assim, ressalta-se que a pesquisa não teve pretensão de contemplar todas as questões referentes à temática de sócio-educativa de semiliberdade. Pretendeu-se, no entanto, destacar alguns aspectos determinantes e provocar uma reflexão construtiva sobre o papel do psicólogo nesta nova vertente de atuação com princípios na humanização.

Entende-se que o papel do psicólogo no ambiente de semiliberdade precisa ser repensado no âmbito da busca de um atendimento de qualidade. Sabe-se que algumas iniciativas já vêm sendo tomadas, mas a discussão necessita ser ampliada e o trabalho do mesmo valorizado. Somente após isso a socialização, educação, emancipação do adolescente, poderá alcançar as metas e status de qualidade. Tomando por base os fatos acima mencionados e outros que podem surgir, destaca-se a relevância dessa pesquisa.

Saber como o adolescente aprende e constrói suas habilidades e competências, bem como compreender as dimensões das relações com a família, sociedade e escola, pode contribuir para o esclarecimento dos processos da leitura do mundo e informar sobre como superar dificuldades de seu cotidiano. Esse último é influenciado por uma multiplicidade de variáveis, dentre elas, aspectos afetivos e cognitivos dos adolescentes e aspectos relacionados ao funcionamento da instituição.

No que se refere ao processo de socialização, o psicólogo não poderia ficar de fora do contexto sócio-educativo, por se tratar de um profissional com formação interdisciplinar. O psicólogo será o mediador para manter aquecido ou recuperar sentimentos de amor próprio, auto-estima, garantindo o desejo pela construção de uma identidade firme com novos propósitos.

Infere-se igualmente, a partir de todas as observações, que o psicólogo entrevistado tem enorme prazer pelo que faz, sem, contudo perder de vista a dimensão profissional. Por isso, busca compartilhar com seus sócio-educandos a construção de conhecimentos, orientada para o exercício da cidadania.

É importante ressaltar que a atuação do psicólogo no ambiente de semiliberdade deve ter um caráter mais abrangente do que o estudo aqui apresentado, uma vez que nesse contexto diversos aspectos podem se apresentar, devido à singularidade da pessoa humana, que são agentes de uma relação equipe para que esse trabalho seja efetivado com cautela e abrangência de conhecimento.

A realização desta pesquisa procurou contribuir para a abertura de novos espaços de reflexão sobre o papel e a identidade deste profissional da psicologia em âmbito re-educacional que, embora em ambiente diferente de um consultório, ele continua exercendo seu ofício de terapeuta educador, buscando também mais formação na área de atendimento a adolescentes em risco visando o melhor trabalho e atendimento para essa clientela.

Portanto, é possível pensar em unidade de semiliberdade como um espaço de educação, emancipação e politização para os adolescentes internados. Mais do que isso é possível pensá-lo como um lugar de encontros e transformações, tornando-o um ambiente propício ao desenvolvimento integral do adolescente.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8069/90). Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Presidência da República/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**, Brasília – DF, Conanda, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRAGA, G. Pedagogia do Encontro: Proposta de Intervenção da Educação Social de Rua. In: **Prevenindo a Drogadição Entre Crianças e Adolescentes Situação de Rua**. (Orgs) Denise Bontempo Birche de Carvalho e Maria Teresinha da Silva – Brasília, MS/COSAM; UNB/PRODEC; UNDCP, 1999.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB – Passo-a-Passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, comentada e interpretada artigo por artigo**. SP: Avercamp, 2003.

BECKER, Daniel. **O Que é Adolescência**, Brasiliense, SP, 1994.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. **A Reprodução – Elementos Para uma Teoria de Sistema de Ensino**. Rio de Janeiro, Frâncico Alves, 1975.

CHAVES, Botelho. **Estudos de Piscopedagogia: Representação Social da Família Entre Jovens Estudantes e Escolas Públicas e Particulares**. 1993.

CHAUÍ, M. **Repressão Sexual, Essa Nossa (Des)conhecida**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAUSTER, T. **Uma Infância de Curta Duração: Trabalho e Escola**. Caderno Pesquisa São Paulo nº 82. São Paulo, agosto. 1992.

ERICSON, E. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

FISHMAN, H. C. **Tratando Adolescente com Problema**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1996.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 4ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

GONÇALVES, Elisa. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3ª edição. Campinas – SP: Alínea, 2003.

GOMES DA COSTA, A, C. **Por uma Pedagogia da Presença**. CBIA, Ministério da Ação Social, 1991.

LÜDKE, M & ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação, Abordagens Qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

LÜDKE, Menga e ANDRE, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 8ª Edição. SP: Pedagógica e Universitária. 2004.

MINUCHIN, S. **Famílias – Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

MINAYO, M. C. S. Prefácio. Em O. C. Neto, M. R. Moreira & L. F. M. Sucena (Orgs) , **Nem Soldados Nem Inocentes: Juventude e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

OLIVENSTEIN, C. (1997). Toxicomania, Exclusão e Marginalidade. Em. M. Batista & C. Inem (Orgs), **Toxicomanias, Uma Abordagem Multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Sate Letras.

PARO, Victor. Por **Dentro da Escola Pública**. 4ª edição. SP: Xamã, 2001.

ZAGURY, T. **Sem Padecer no Paraíso, em Defesa dos Pais ou Sobre a Tirania dos Filhos**, RJ, Record, 1991.

ZAGURY, T. **Adolescente por Ele Mesmo**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

SUDBRACK, M.F.O. (2003). **A Escola em Rede In: Curso de Formação em Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escola Pública**. – Vol II, SENAD/MEC.

SUDBRAC, M.F.O. (1996). **Construindo Redes Sociais: Metodologia de Prevenção a Drogatização e à Marginalização de Adolescente de Família de Baixa Renda**. Em R.M Macedo (Org) Família e Comunidade – Coletâneas da ANPPEP. São Paulo: Associação de Pesquisa e de Pesquisadores em Psicologia

VARELA, F. **El Círculo Creativo, Esbozo Histórico Natural de La Reflexividad**. In: Watyslawick, P. Realidade Inventada. Buenos Aires, Gedisa, 1988.

WINNICOTT, D, W. **A Criança e seu Mundo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

WANDERLEY, M. B. (1999). **Refletindo Sobre a Noção da Exclusão**. Em B. Saraiva (Org), **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Rio de Janeiro, Vozes.

ANEXOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO

Foto

1 Identificação

Nome do adolescente:

Apelido:

Ato infracional:

Nº de Autos:

Data da Sentença:

Data de nascimento:

Sexo (M/F): _____

M é masculino e F é feminino

Raça/cor: () amarela () branca () indígena () negra () parda

Naturalidade – Cidade/Estado:

Nacionalidade:

Filiação Pai/Mãe:

Pai falecido: () não

Mãe falecida: () não

() sim, ano de falecimento: ____/____/____ () sim, ano de falecimento: ____/____/____

Estado civil: () Solteiro () Casado () Separado () Divorciado () Amasiado () Viúvo

Possui filhos? () não () sim ____ filhos (DN: ____/____/____; ____/____/____)

Obs.: DN: data de nascimento dos filhos do adolescente

Gestante: () sim () não

Companheira gestante: () não () sim

Responsável pelo adolescente:

Parentesco:

CPF do responsável:

CI do responsável:

Com quem o adolescente reside?

Endereço do responsável:

Endereço do adolescente:

Telefones: () _____

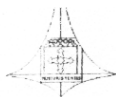
E-mail: _____

() _____

() _____

Procedência da família:

Ano de chegada da família no DF: _____



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

2 Documentação

Certidão de Nascimento:

Título de Eleitor:

Certidão de Casamento:

Certidão de Alistamento Militar:

Carteira de Identidade:

Carteira Nacional de Habilitação:

CPF:

Carteira de Trabalho:

3 Histórico Infracional

3.1 Admissão em Medida Socioeducativa:

- () 1ª vez () 2ª vez () 3ª vez
() Mais de 3 vezes. Quantas? _____

3.2 Forma de admissão à medida:

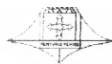
- () Primeira medida socioeducativa () Transferência de outra Região Administrativa
() Transferência de outro estado
() Reiteração em outra medida socioeducativa
() Regressão de Medida Socioeducativa. Qual? _____
() Progressão de Medida Socioeducativa. Qual? _____

3.3 Informar:

Cumprir Prestação de Serviço a Comunidade? Em função de qual ato infracional?
Número do Processo? Onde e por quanto tempo?

Cumprir Liberdade Assistida? Em função de qual ato infracional? Número do Processo?
Onde e por quanto tempo?

Cumprir Internação Provisória? Em função de qual ato infracional? Número do
Processo? Onde e por quanto tempo?



HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Cumpriu Internação Estrita? Em função de qual ato infracional? Número do Processo? Onde e por quanto tempo?

Cumpriu Semiliberdade? Em função de qual ato infracional? Número do Processo? Onde e por quanto tempo?

3.4 O adolescente já teve alguma passagem pelo sistema prisional, anterior ou durante o cumprimento de alguma medida?

() não () sim Onde?

3.5 Atualmente o socioeducando acumula Medidas Socioeducativas e/ou Protetivas?

() não () sim Quais?

3.6 Possui algum parente em cumprimento de medidas socioeducativas?

() não () sim Quem:

Quality

3.7 Possui algum parente cumprindo sentença no sistema prisional?

() não () sim Quem:

Onde

4 Configurações da Família e Visão da Situação Vivenciada

4.1 Composição Familiar

[illegible]



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA
HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

4.2 Condições de Moradia da Família

1. Tipo de moradia:
() casa () apartamento () barraco
2. Número de cômodos: _____
3. A moradia é:
() própria () alugada () cedida () invasão () outro: _____
4. Situação do lote:
() regularizado () irregular
5. Tipo de construção:
() alvenaria () madeira () lona/plástico () outro: _____
6. Tipo de piso:
() cerâmica () cimento () terra batida () carpete () taco () outro
7. Quantas famílias residem no lote? _____ Em caso de mais de uma família qual o grau de parentesco? _____
8. Tipo de Banheiro: () interno () externo

4.2.1 A família está atualmente incluída em algum programa governamental?

- () Não () Sim
Qual (is)? () bolsa família (Valor? _____) () passe livre (Quem? _____)
() BPC (Quem? _____) Pró Jovem (Quem? _____) Outro _____

4.3 Visão do Adolescente

4.3.1 Qual a motivação para o ato infracional?

4.3.2 Considera que cometeu erro ou não? Por quê?

4.3.3 Sente culpa ou não? Por quê?

4.3.4 Tem conhecimento das consequências do ato? Quais?



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

4.3.5 Na sua opinião o cumprimento da medida poderá contribuir para melhorar a sua vida?
Em caso positivo, em quais aspectos?

4.4 Visão da Família

4.4.1 Quando tomou conhecimento do envolvimento do adolescente em atos infracionais?

4.4.2 Em que resultou o conhecimento deste fato na dinâmica familiar?

4.4.3 Como qualifica a relação do adolescente com seus responsáveis?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Por quê?

4.4.4 Na sua opinião, o cumprimento da medida poderá contribuir para a melhoria de vida do adolescente?

() Não () Sim. Em quais aspectos?

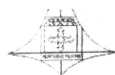
4.4.5 De que forma acredita poder contribuir para o cumprimento bem sucedido da Medida Socioeducativa?

5 Visão do Ser Cidadão

5.1 Do adolescente

a) O que entende por cidadania?

b) Conhece instituições garantidoras de direitos? Em caso positivo, quais?



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

5.2 Da família

- a) O que entende por cidadania? _____

- b) Conhece instituições garantidoras de direitos? Em caso positivo, quais? _____

6 Situação/ Metas Escolares

6.1 Escolarização

Estuda?

() sim

() Não

Nome da escola:

Última série que foi aprovada:

Cidade Satélite:

Último ano que estudou:

Série:

() Nunca estudou

Turno:

() Alfabetizado

6.2 Objetivos no campo escolar:

6.3 Estratégias de intervenção:

6.4 Avaliação Trimestral:

7 Situação e Metas no campo de profissionalização/trabalho

7.1 Profissionalização:

Participa de cursos profissionalizantes:

() Não

Motivo:

() Sim

Quais:

Já participou de outros cursos profissionalizantes?

() Não

Motivo:

() Sim

Quais:



HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Objetivos no campo da profissionalização:

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:

7.2 Trabalho

Já trabalhou?

<input type="checkbox"/> Sim, especifique abaixo	<input type="checkbox"/> Não, especifique abaixo
<input type="checkbox"/> Mercado formal	<input type="checkbox"/> Não consegue vaga no mercado de trabalho
<input type="checkbox"/> Mercado informal	<input type="checkbox"/> Desinteresse por trabalhar
<input type="checkbox"/> Estágio	<input type="checkbox"/> Menor de 14 anos
<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> outros _____
Função: _____	
Remuneração: _____	
Local: _____	
Telefone: _____	

Está trabalhando?

<input type="checkbox"/> Sim, especifique abaixo	<input type="checkbox"/> Não, especifique abaixo
<input type="checkbox"/> Mercado formal	<input type="checkbox"/> Não consegue vaga no mercado de trabalho
<input type="checkbox"/> Mercado informal	<input type="checkbox"/> Desinteresse por trabalhar
<input type="checkbox"/> Estágio	<input type="checkbox"/> Menor de 14 anos
<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> outros _____
Função: _____	
Remuneração: _____	
Local: _____	
Telefone: _____	

Objetivos no campo do trabalho:



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:

8. Situação e Metas no campo da área da saúde

Condições de Saúde do Adolescente e da Família

O adolescente faz uso de bebida alcoólica? () não () sim idade que iniciou: _____

Algum familiar faz uso de bebida alcoólica? () não () sim parentesco: _____

O adolescente fuma? () não () sim idade que iniciou: _____

Algum familiar fuma? () não () sim parentesco: _____

O adolescente já fez uso de drogas? () não () sim

Quais: _____

Idade que iniciou: _____

Algum familiar fez uso de drogas? () não () sim Quais tipos: _____

O adolescente faz uso de drogas? () não () sim

Quais: _____

Idade que iniciou: _____

Frequência do uso de drogas: _____

Algum familiar faz uso de drogas? () não () sim Quais tipos: _____

O adolescente já fez ou faz tratamento de dependência química? () não () sim.

Em caso positivo, onde: _____

Algum familiar fez tratamento de dependência química? () não () sim

Em caso positivo, onde: _____

O adolescente possui algum problema de saúde ou doença crônica? () não () sim

Em caso positivo, qual: _____

Algum familiar possui problema de saúde ou doença crônica? () não () sim

Em caso positivo, qual: _____

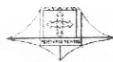
O adolescente faz uso de medicação continuada? () não () sim

Em caso positivo, qual: _____

Algum familiar faz uso de medicação continuada? () não () sim

Em caso positivo, qual: _____

O adolescente é portador de alguma deficiência (mental, múltipla, auditiva, visual e física)?



HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

() não () sim Qual: _____
Existe portador de deficiência na família (mental, múltipla, auditiva, visual e física)?
() não () sim Quem? _____; Qual: _____

Objetivos no campo da saúde:

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:

8 Situação e Metas no campo do Esporte

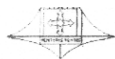
Já participou de Atividades Esportivas:

Em caso positivo	Em caso negativo
Informe quais: _____	() Não tem interesse
_____	() Tem interesse, mas não tem disponibilidade de tempo.
_____	() Tem interesse, mas não atende às exigências e/ou condições das atividades oferecidas.
_____	() Tem interesse, mas há dificuldade institucional.
_____	() outro _____

Objetivos no campo do Esporte:

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:



HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

9 Situação e Metas no campo da Cultura

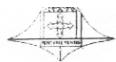
Já participou de Atividades Culturais:

Em caso positivo	Em caso negativo
Cultura, informe quais: _____	() Não tem interesse
_____	() Tem interesse, mas não tem disponibilidade de tempo.
_____	() Tem interesse, mas não atende às exigências e/ou condições das atividades oferecidas.
_____	() Tem interesse, mas há dificuldade institucional.
_____	() outro _____

Objetivos no campo da Cultura:

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:



10 Situação e Metas no campo do Lazer

Já participou de Atividades:

Em caso positivo	Em caso negativo
Lazer, informe quais: _____	() Não tem interesse
_____	() Tem interesse, mas não tem disponibilidade de tempo.
_____	() Tem interesse, mas não atende às exigências e/ou condições das atividades oferecidas.
_____	() Tem interesse, mas há dificuldade institucional.
_____	() outro _____

Objetivos no campo do Lazer:

Estratégias de intervenção:

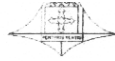
Avaliação Trimestral:

11 Situação e Metas no Campo Jurídico

11.1 Está respondendo a qual (s) processo (s)?

11.2 Recebeu esclarecimentos do defensor público, promotor ou autoridade judicial? Sobre a Medida Socioeducativa em que está inserido? Direitos? Deveres?

Objetivos no campo do Jurídico:



HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:

12 Situação e Metas no Campo Psicossocial

12.1 Referencial (s) de autoridade(s):

12.2 Referencial (s) no campo afetivo:

12.3 Tipologia da família e a qualidade das relações:

12.4 Histórico de violências (física e/ou psicológica):

12.5 Histórico de passagens institucionais (Abrigos, Conselhos, etc.):

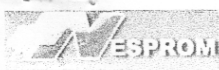
Objetivos no campo Psicossocial:



HUMANOS E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Estratégias de intervenção:

Avaliação Trimestral:



Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Núcleo de Estudos em Educação, Promoção da Saúde - NESPROM
III Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Promoção da Saúde

Universidade de Brasília

Brasília, 19 de Janeiro de 2010.

Of. nº 01/2010

Drª. XXXXXX,

Venho por meio deste solicitar à Vossa Senhoria a autorização para que ALEX LEONARDO RIBEIRO, aluno regular do IV Curso de Especialização em Educação e Promoção da Saúde da Universidade de Brasília – UnB, possa aplicar um questionário em JANEIRO. Este questionário é parte da pesquisa: REGIME SOCIOEDUCATIVO: A Relação do Processo de Humanização com Adolescentes Dependentes Químicos em Regime de Semiliberdade no DF.

Cabe ressaltar que, a referida atividade é de cunho acadêmico, a fim de contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso do aluno, no IV Curso de Especialização em Educação e Promoção da Saúde da Universidade de Brasília – UnB.

Agradeço desde já a atenção e esperamos poder contar com Vossa contribuição.

Qualquer dado a mais que seja necessário, coloco-me à inteira disposição de Vossa Senhoria. Esse pode ser feito por e-mail carolcprado@hotmail.com ou pelo celular 9974-6220.

Carolina Conceição Prado

Carolina Conceição Prado
Mestre em Ciências da Saúde
Orientadora do TCC



Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Núcleo de Estudos em Educação, Promoção da Saúde - NESPROM Universidade de Brasília
III Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Promoção da Saúde

AUTORIZAÇÃO

Eu, Eliana Rodrigues Lacerda Cavares, autorizo ALEX LEONARDO RIBEIRO, aluno regular do IV Curso de Especialização em Educação e Promoção da Saúde da Universidade de Brasília – UnB a aplicar um questionário: A Relação do Processo de Humanização com Adolescentes Dependentes Químicos em Regime de Semiliberdade no DF.

Eliana Rodrigues Lacerda Cavares
(Assinatura) CARIMBO 101928-7

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Como profissional da área de saúde que atua em uma unidade prisional no Distrito Federal o (a) senhor(a) esta sendo convidada a participar de pesquisa "Assistência básica à saúde do sistema prisional de Brasília – unidade CIR/PAPUDA". (Coloque o nome do seu trabalho)

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a eficiência e a eficácia da assistência à saúde da população encarcerada, implantada no Sistema Carcerário do Distrito Federal desde 2004, para o cumprimento das determinações do Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional (PNSSP).

O (a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será através de uma entrevista semi estruturada que você deverá responder no setor de trabalho na data combinada com um tempo estimado para a entrevista de 15 minutos. Não existe obrigatoriamente, um tempo pré-determinado, para responder as questões.

Por intermédio deste Termo, estão garantidos os seguintes direitos:

1. Não há nenhuma obrigatoriedade na participação da pesquisa.
2. A pesquisa será realizada dentro do princípio da ética segundo o que trata a Resolução 196/96 sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.
3. As informações obtidas em hipótese alguma serão personalizadas na formulação dos resultados.
4. Solicitar a qualquer tempo informações as pessoas responsáveis pela pesquisa: XXXX - Tel: (61) ; Renilda, Carolina C. Prado – (61) 9974-6220.
5. Desistir a qualquer tempo de participar da pesquisa.

O resultado da pesquisa será divulgado através de relatório de pesquisa com a finalidade acadêmica e em órgãos de divulgação científica em que o mesmo seja aceito.

As entrevistas e os dados coletados ficarão sob responsabilidade dos pesquisadores e armazenados por um período de 05 anos na Direção da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - UNB.

Este TCLE está redigido em duas vias, uma para o participante e outra para o pesquisador, sendo ambas assinadas e datadas.

Eliana Rodrigues Lacerda Cavares
Nome/ assinatura:

Pesquisador Responsável
Nome e assinatura:
Brasília, ____ de ____ de ____.